

11. PEDIDO DE REEMBOLSO DE TAXAS, POR CONCESSÃO DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO EFETUADO POR BYSTEEL FS, SA:

De **BYSTEEL FS, S.A.** solicitando o reembolso de taxas pago, por concessão de incentivo, referente à construção de uma nova unidade fabril no Complexo industrial do grupo – DST, reembolso esse no valor de 49.058,69 €.

Tem informação circunstanciada da Divisão Financeira, bem como da Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.

4.

do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 87,5%.”, cf. despacho elaborado pela Administração, a 6.09.2017;

5. A 18.09.2017, a Bysteel fs S.A., liquidou, através da fatura n.º 009/18936 as taxas devidas no âmbito do processo 95/URB/PROC/16, que se cifravam em €56.067,07, dos quais €44.436,73 eram concernentes à Taxa Municipal de Urbanização;
6. A candidatura foi aprovada por maioria, em reunião ordinária da Assembleia Municipal de 17.11.2017;
7. A 04.03.2018 a sociedade Bysteel fs, S.A., veio solicitar a alteração do promotor do investimento, pretendendo passar a constar no contrato de investimento como única promotora, uma vez que, seria a entidade requerente junto do Município, do processo de licenciamento urbanístico do edifício construído e porquanto ser a superficiária do terreno no qual seria implantada a unidade industrial;
8. Uma vez que estávamos perante uma modificação subjetiva contratual, foi o pedido submetido a prévia aprovação por parte da Assembleia Municipal;
9. O pedido viria a ser aprovado pelo órgão deliberativo do Município, a 30.04.2018;
10. A 22.06.2018, através do documento com a referência E/40263/2018 veio a requerente Bysteel fs. S.A., requerer a redução de 87,5% das taxas que havia pago, ao abrigo do previsto no Contrato de Incentivo ao Investimento.

Enquadramento Legal:

11. O Regulamento n.º 789/2016, estabelece as regras e condições que regem a Concessão de Incentivos ao Investimento no Município de Braga;
12. No seu artigo 3.º, sob a epígrafe “Concessão de Incentivos”, refere que “Os incentivos a conceder poderão revestir várias modalidades, nomeadamente:
 - a) *Isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;*
 - b) *Concessão de benefícios fiscais nos impostos a cuja receita o Município tenha direito, nos termos da lei e do presente regulamento;*”
13. Densificando o previsto no Regulamento, ficou outorgado entre as partes – Município de Braga, IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., e Bysteel fs S.A. – na cláusula 6.ª do Contrato de Investimento, que *Sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, a Bysteel beneficiará dos seguintes incentivos ao investimento:*

- a) *Incentivos sobre o valor bruto do IMI de redução de 87,5% pelo período de 5 (cinco) anos (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);*
- b) *Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 87,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo).*

- 14. Se dúvidas não resultam relativamente aos benefícios fiscais no que concerne aos impostos – designadamente o IMI – o mesmo não se dirá em relação à redução das taxas municipais pagas.
- 15. A dúvida reside no facto de, não se encontrar prevista, especificamente, a Taxa Municipal de Urbanização no leque de taxas que poderão ser objeto do incentivo previsto no contrato de investimento.
- 16. No entanto, analisado o então vigente Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, aferimos que o mesmo apenas trata de questões procedimentais, não fixando o *quantum* das taxas a pagar (sejam elas quais forem);
- 17. Pelo que sempre poderíamos afirmar que, como o Regulamento Municipal de Taxas se aplicava a todas as taxas, também aqui se deveria incluir a TMU.
- 18. Ademais, se atentarmos à formula segundo a qual se atribui classificação para efeitos de atribuição dos incentivos, denotamos que um dos parâmetros se relaciona com "*Taxas Municipais devidas por emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização*",
- 19. O que parece querer significar que aquando da elaboração do Regulamento n.º 789/2016, se pretendeu tomar em consideração também as taxas urbanísticas.
- 20. Na verdade, ainda nos "Considerandos" do Contrato de Investimento, pode ler-se que "*A Bysteel pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de 10.464.167,71€. Este investimento envolve a construção de uma nova unidade fabril (...)*";
- 21. Pelo que, o propósito da Bysteel quando se candidatou a este incentivo, foi também, a redução das taxas concernentes à operação urbanística referida no ponto que antecede.
- 22. Facilmente se percebe essa pretensão, quando, analisada a fatura paga, no valor de 56.067,07€, aferimos que, 79% desse valor diz respeito à TMU.



Somos, portanto, a concluir que:

1. O Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento prevê a possibilidade de atribuir vários incentivos, como sejam, por exemplo, a isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;
2. No contrato de investimento outorgado, as partes acordaram uma redução de 87,5% sobre as taxas previstas no regulamento referido do ponto que antecede.
3. Apesar da TMU não estar especificamente prevista no Contrato de Investimento, em bom rigor, nenhuma taxa está prevista no Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, uma vez que este não fixa o *quantum* das taxas a pagar, mas apenas o procedimento de cobrança (para todas as taxas recebidas pelo Município);
4. No entanto, dos critérios de apreciação dos pedidos de incentivos, consta um parâmetro designado por Taxas Municipais devidas por emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, o que parece evidenciar que não se pretendeu afastar do lote de incentivos a conceder as taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.
5. Ressalve-se, porém que, apesar de o Regulamento de Incentivos ao Investimento parecer permitir a isenção de quaisquer taxas municipais, o incentivo relativamente às taxas urbanísticas não ficou, em concreto, redigido no contrato outorgado pelas partes.
6. Do artigo 13.º do Regulamento n.º 789/2016, sob a epígrafe "*Dúvidas e Omissões*" resulta que "*Quaisquer omissões ou dúvidas relativas à interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Braga, com observância da legislação em vigor.*"
7. Assim, resultando dúvidas, *in casu*, se poderá proceder-se à devolução de 87,5% das taxas pagas pela Bysteel, nomeadamente a percentagem relativa à TMU, proponho que se remeta o presente processo ao executivo municipal, a fim de esclarecer se, de facto, era intenção deste Município incluir nos incentivos a conceder, a TMU.

À consideração superior,

A Jurista,

Helena Freitas Pereira

Nº Informação: 22345

Data: 11/07/2018

Assunto: Reembolso

Referência: E/40263/2018; 95/URB/PROC/2016; FATURA 009/18936/2017

Trata-se de um pedido de reembolso de taxas, por concessão de incentivo ao investimento, efetuado pela empresa Bysteel fs, SA., NIF: 510512372, no valor de 87,5% da fatura 009/18963/2017, referente ao Processo 95/URB/PROC/2016, referente à construção de uma nova unidade fabril no complexo industrial do grupo – DST.

Considerando:

1. Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto na alínea m), do n.2, do artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
2. O *“NOVO CONTRATO DE INVESTIMENTO- BYSTEEL fs, SA., - CANDIDATURA AO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICIPIO DE BRAGA”* aprovado pelo Executivo Municipal a 16 de abril de 2018, e deliberado pela Assembleia Municipal, datada de 30 de abril de 2018, conforme anexos.
3. Que o valor da fatura 009/18963/2017, referente ao processo 95/URB/PROC/2016, foi no montante de total de 56067,07 euros,
4. Que efetuada a redução de 87,5% no valor dá a quantia de 49058,69 euros;

Nesta conformidade, salvo melhor opinião, deverá ser emitido o reembolso no valor de 49058,68 euros, Bysteel fs, SA., NIF: 510512372.

O Assistente Técnico,

Armando Monteiro

Não se encontrando explicito, no Contrato de Investimento, a possibilidade concreta de isenção de Taxa Municipal de Utilização, tal como previsto no anexo c) do artigo H-2/5º do CILMB, para a finalização do procedimento, deverá constar, no Contrato de Investimento, o valor total e a parcela de taxas e isenta/reembolso. O valor total deste fedelho de reembolso é de 49.058,69€, contendo-se, neste, a parcela de TMU correspondente a 38.882,14€.

O processo deve conter o procedimento administrativo de liquidação de taxas e a descrição técnica das áreas de operação anexas, a fim de se efetivar o controle dos fatos sobre os quais recaem a liquidação, devendo constar os despachos de Caduê Henrique de DUVOIR no Notiz de liquidação que contém os fatos objeto de liquidação.

Em face do que antecede, coloco-se a consideração superior o reembolso de taxas.

Palmeira, 17/12/18.

As Práticas Locais

Para efetuar a prestação subsequente.

2018/12/17

À DRA. ISILDA (DSJC) de

- Considerando a informação
infra solicitada encaminhada
para o Regulamento de
concessão de Incentivos de
Investimento.

DCPCG

26/2/2019

[Assinatura]

Remete-se à Dra. Helena Pereira.

11/4/2019

[Assinatura]



Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades MUNICIPIO de BRAGA

Dados relativos ao período entre 01/01/2017 e 14/12/2018

14/12/2018

Nº. Contribuinte: 510512372

Nome: BYSTEEL FS, S.A.

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2018	27/03/2018	SGF	FAT.	008/4304	67,84	67,84	67,84	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/4304 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/2076 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2017	12/09/2017	SGF	FAT.	008/6526	5,62	5,62	5,62	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/6526 de 2017 efetuado pela Guia Nº 98/882 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2018	24/05/2018	SGF	FAT.	008/7167	30,19	30,19	30,19	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/7167 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/3838 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	25/05/2018	SGF	FAT.	008/7315	7,10	7,10	7,10	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/7315 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/3913 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2017	19/10/2017	SGF	FAT.	008/7605	5,62	5,62	5,62	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/7605 de 2017 efetuado pela Guia Nº 98/1486 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2018	23/07/2018	SGF	FAT.	008/11046	9,94	9,94	9,94	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/11046 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/5699 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
		SGF	FAT.	008/11047	5,68	5,68	5,68	Pago	98 - Serviços On Line
		Pagamento FAT. 008/11047 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/5698 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	03/05/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/10518	47,20	47,20	47,20	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/10518 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/4876 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2017	18/09/2017	GUI Urbanismo	FAT.	009/18936	56 067,07	56 067,07	56 067,07	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/18936 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/15345 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
		GUI Licenc. Ativ. e Serviços - Atividade FAT.	009/18937	47,20	47,20	47,20	47,20	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/18937 de 2017 efetuado pela Guia Nº 03/15370 de 2017					0,00	Recebido por: Tesouraria	
2018	31/07/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/19884	7,10	7,10	7,10	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/19884 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/8411 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	13/09/2018	GUI Urbanismo	FAT.	009/25866	7 901,44	7 901,44	7 901,44	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/25866 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/9913 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	
	26/10/2018	GUI Serviços Diversos	FAT.	009/30799	3,00	3,00	3,00	Pago	03 - Balcão Único
		Pagamento FAT. 009/30799 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/11556 de 2018					0,00	Recebido por: Tesouraria	



Câmara Municipal de Braga

Conta Corrente de Entidades MUNICIPIO de BRAGA

14/12/2018

Dados relativos ao período entre 01/01/2017 e 14/12/2018

Nº. Contribuinte: 510512372

Nome: BYSTEEL FS, S.A.

Ano	Data	Aplicação/Área de Faturação	Documento	Nº. Doc.	Valor Doc.	Valor Pago	Valor Divida	Situação	Serviço Emissor
2018	06/12/2018	GUI Licenciamento de Atividades e Se FAT.	Pagamento FAT. 009/34532 de 2018 efetuado pela Guia Nº 03/13113 de 2018	009/34532	72,41	72,41	72,41	Pago	03 - Balcão Único
	12/09/2018	SGF	FAT.	014/1066	5,68	5,68	5,68	Pago	98 - Serviços On Line
	26/09/2018	SGF	Pagamento FAT. 014/1066 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/7012 de 2018	014/1536	5,68	5,68	5,68	Pago	98 - Serviços On Line
			FAT.	014/1536	5,68	5,68	5,68	Pago	98 - Serviços On Line
			Pagamento FAT. 014/1536 de 2018 efetuado pela Guia Nº 98/7470 de 2018		5,68	5,68	5,68	Recebido por: Tesouraria	
Documentos consultados: 16					64 288,77	64 288,77	0,00		
Documentos Pagos: 16									
Total de Documentos: 16					64 288,77	64 288,77	0,00		
Total de Documentos Pagos: 16									

N.º Processo	95/URB/PROC/16		
Requerente:	BYSTEEL FS, S. A.	Contribuinte:	510512372
Local da Obra:	RUA DE PINTANCINHOS - PALMEIRA - BRAGA		

TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

A TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO É DEVIDA CONFORME O PREVISTO NO REGULAMENTO DE COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS E É DETERMINADA PELA SEGUINTE FÓRMULA BASE

EXPLICAÇÃO DA FÓRMULA

I - é o factor dependente do tipo de operação urbanística sobre a qual incide a TMU, podendo assumir os seguintes dois valores:

- 0,008 - quando se trate de operação de loteamento;
- 0,012 - quando se trate de operações de edificação, ampliação ou alteração não inseridas em operações de loteamento, quer sejam ou não geradoras de impactos semelhantes a operações de loteamento.

I - é o factor correspondente à localização da operação urbanística relativamente às unidades geográficas territoriais definidas em regulamento, sendo:

- 1 - dentro do perímetro urbano da cidade de Braga;
- 0,6 - fora do perímetro urbano da cidade de Braga;

u - é o factor correspondente ao uso ou tipo de utilização das edificações com:

- 1 - habitação e equipamento privado (saúde, escolar, desportivo, hoteleiro...);
- 1,2 - comércio escritórios, restauração e bebida, prestação de serviços urbanos;
- 0,5 - armazem, industria, oficina auto e equivalentes, (*) posto de abastecimento de combustível;
- 0,25 - garagens, arrecadações, (*) stands de venda e exposições, edificações rurais e agrícolas;

(*) a área a considerar é toda a área do empreendimento, independentemente das áreas das edificações normais de apoio.

A - área bruta de construção - é o valor em metros quadrados constituído pelo sumatório das áreas de todos os pavimentos (pisos) situados acima e abaixo do solo, medidos pelo extradorso das paredes exteriores, incluindo corpos salientes, mas excluindo sótãos não habitáveis, terraços abertos, alpendres, varandas (**) áreas de estacionamento afetas às frações dos prédios, áreas técnicas (PT's), centrais térmicas ou de bombagem, compartimentos de recolha de lixo, etc.) galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pelas edificações.

Para além de cobertos e alpendres exteriores, são também excluídos das áreas de construção para o fim em vista os espaços fechados destinados a garagens e arrecadações no caso de se situarem em construções anexas fora do respectivo edifício, até se completar conjuntamente com áreas em cave não consideradas na área de construção A o limite de 100m² referido na anotação anterior, sendo tributadas as áreas excedentes.

(**) Em moradias independentes a área máxima a considerar, para efeitos desta taxa, como estacionamento coberto privativo não integrante da área bruta de construção A é, quando em cave, de 100 m², sendo a área restante tributada como área habitacional.

C - euros/m² - é o custo correspondente a área do metro quadrado de construção definido pela Portaria que fixa periodicamente os valores unitários por metro quadrado do preço de construção da habitação para efeitos de cálculo da renda condicionada.

O VALOR A PAGAR DA TMU FOI CALCULADO DE ACORDO COM O TIPO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA (i), LOCALIZAÇÃO (I), AO USO OU TIPO DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES (u) e ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO (A)

$$T. M. U. = i \times I \times (u \times A) \times C$$

I= 0,012

I= 1

(u) UTILIZAÇÃO
(INDUSTRIA)

0,5

(A) = ÁREA BRUTA
DE CONSTRUÇÃO

9245,40

C= 801,06

$$T. M. U. = i \times I \times (u \times A) \times C = 0,012 \times 1,00 \times (0,50 \times 9.245,40 \text{ m}^2) \times 801,06$$

O valor da TMU é = 44 436,73 €

O, TÉCNICO



DMUOP - DGU - DGUEP

N.º Processo 95/URB/PROC/16

Requerente: BYSTEEL FS, S. A.

Contribuinte 510 512 372

Local da Obra: RUA DE PINTANCINHOS - PALMEIRA - BRAGA

A operação urbanística em análise consiste na construção de um edifício industrial – Ampliação do Complexo DST, implantado no prédio urbano com a área de 86. 513.80 m2 (descrição predial urbana 3676/20170907 e inscrito na matriz urbana sob o artigo o n.º 3240 da freguesia de Palmeira).

O prédio urbano é composto por diversas frações, que correspondem ao conjunto dos edifícios construídos, com a área de implantação de 19 553.27 m2.

O projeto apresentado propõe a ampliação do referido complexo industrial, com a construção de uma nova unidade industrial, com acréscimo de área de construção de 9 245.40 m2 e um acréscimo de área de implantação de 7 230.30 m2, traduzido na construção de dois corpos, de um arruamento de acesso interior do terreno aos dois corpos, um de nave industrial e outro de escritório ou administrativo, de um parque de estacionamento para 56 viaturas ligeiras, cais de carga e parque de pesados.

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA CONSTRUÇÃO A EDIFICAR

PISO "-1" (CAVE)	C/	576,60	M2	NAVE INDUSTRIAL
PISO "0" (R/CHÃO)	C/	6810,30	M2	
ALPENDRE (ESPAÇO COBERTO PARA CAIS DE CARGA E DESCARGAS)	C/	175,00	M2	
PONTE DE LIGAÇÃO ENTRE A NAVE INDUSTRIAL E O EDIFÍCIO DE ESCRITÓRIOS	C/	56,50	M2	
PISO "0"	C/	170,00	M2	EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO
PISO "1"	C/	816,00	M2	
PISO "2"	C/	816,00	M2	
ALPENDRE (ESPAÇO COBERTO A ENVOLVER O PISO "0")	C/	646,00	M2	
ELEVADORES (DOIS)				

NOTA DE LIQUIDAÇÃO

TAXA GERAL

EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA

(TAXA) = 95,56 €

PRAZO DA LICENÇA

MESES 24 x TAXA/MÊS 14,31 € = 343,44 €

SOMA = 439,00 €

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA CONSTRUÇÃO A LIQUIDAR

1) ÁREAS BRUTAS TOTAIS DA EDIFICAÇÃO	M2 9245,40	x	TAXA 1,10 €	=	10 169,94 €
2) ALPENDRES	821,00	x	1,10 €	=	903,10 €
3) ELEVADORES	UNIDADE 2,00	x	TAXA/UNIDADE 59,15 €	=	118,30 €
					SOMA = 11 191,34 €

TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

HÁ LUGAR AO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (CALCULADA EM FOLHA ANEXA)

1) INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU)

44 436,73 €

SOMA = 44 436,73 €

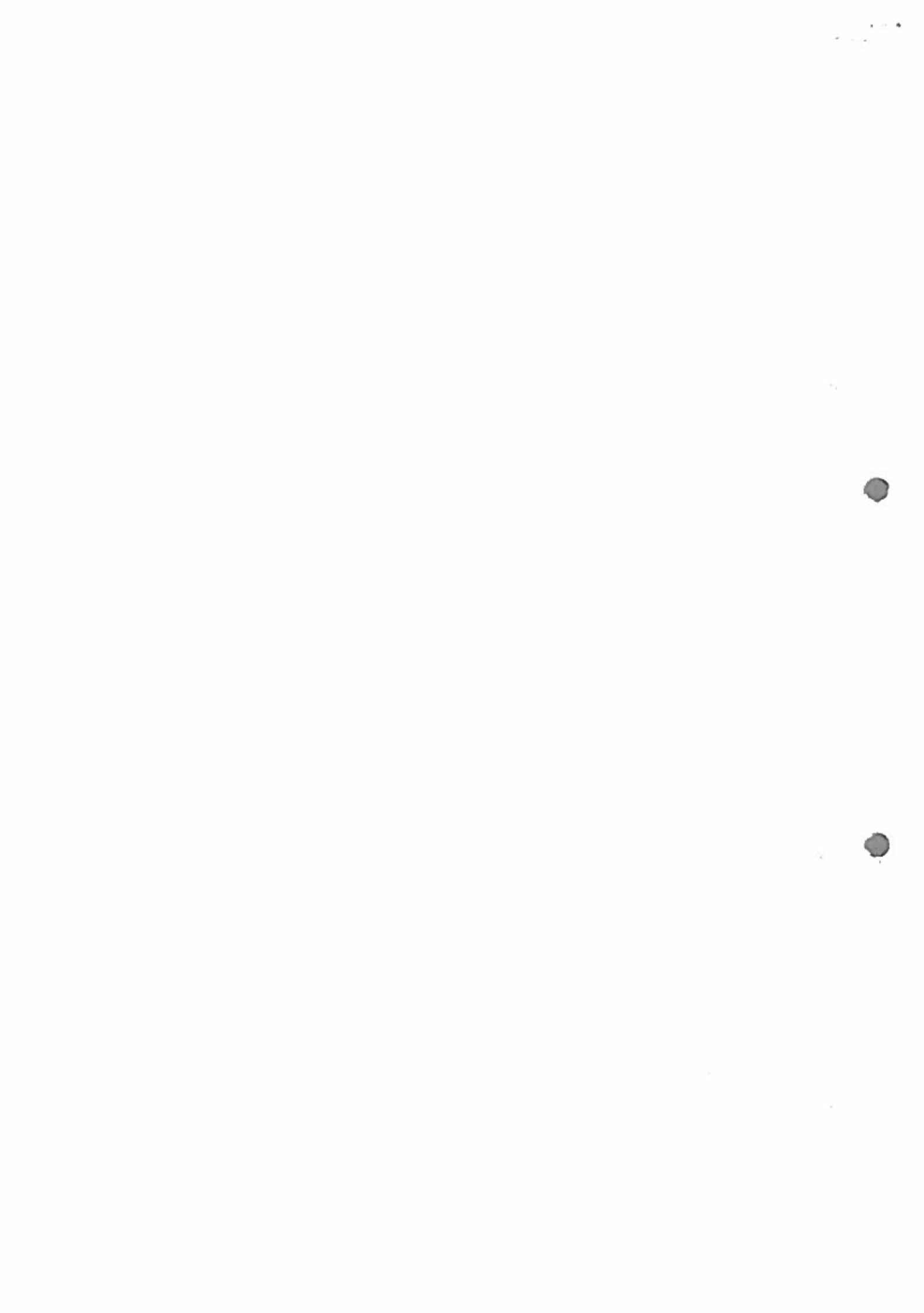
TOTAL A LIQUIDAR

TOTAL A LIQUIDAR = 56 067,07 €

cinquenta e seis mil e sessenta e sete euros e sete cêntimos

DATA:
O, TECNICO:

2017.09.18





EXMO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

REGISTO N.º E/40263/2018
DATA DE REGISTO 22/6/2018
PAGO PELA GUIA N.º _____

PEDIDO REEMBOLSO (Reg. Con. INC. INV. - 789/2016)

ISENÇÃO/REDUÇÃO/PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS MUNICIPAIS

REQUERENTE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

NOME/DESIGNAÇÃO BYSTEEL FS, SA

ENDEREÇO Rua de Pitancinhos, s/n

FREGUESIA Palmeira

CÓDIGO POSTAL 4710-727 Palmeira

TELEFONE 253307200

TELEMÓVEL

E-MAIL geral@dstrealestate.pt

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

NIF 510512372

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL) 5415-8333-1460

NA QUALIDADE DE ☒ PROPRIETÁRIO ☐ USUFRUATUÁRIO ☐ LOCATÁRIO ☐ OUTRO

REPRESENTANTE

NOME Avelino Gonçalves Teixeira

BI/CC 05807080

VÁLIDO ATÉ 18/01/2021

NIF 119936178

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL)

NA QUALIDADE DE ☐ MANDATÁRIO ☐ SÓCIO-GERENTE ☒ ADMINISTRADOR ☐ OUTRO

ENDEREÇO DE CONTACTO (PARA EFEITOS DE NOTIFICAÇÃO)

UTILIZAR DADOS DO REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADOS

☐ SIM

☒ NÃO

ENDEREÇO APARTADO 208

FREGUESIA

CÓDIGO POSTAL 4711-911 BRAGA

TELEFONE 253307200

TELEMOVEL

E-MAIL geral@dstrealestate.pt

PRETENSÃO * (ASSINALE COM UM X A QUADRICULA RESPETIVA E PREENCHA O QUE LHE INTERESSA)

Em conformidade com o preceituado no Código Regulamentar do Município de Braga, **vem requerer:**

- ☐ ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;
☒ REDUÇÃO DE 87,5 % NO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;
☐ PAGAMENTO EM 1 PRESTAÇÕES DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

RELATIVAMENTE:

- ☐ REMOÇÃO DE FOSSAS ☐ VISTÓRIAS / PROJETOS / APOIO TÉCNICO

LOCAL DA OBRA Rua de Pitancinhos, Palmeira

PROCESSO 95/URB/PROC//2016

☐ FREQUÊNCIA PISCINA MUNICIPAL PERÍODO DE FREQUÊNCIA DE

A

☒ OUTROS FACT. N.º 009/18936/2017

POR SE ENQUADRAR NA SEGUINTE CONDIÇÃO:

- ☐ PESSOAS SINGULARES DE COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA;
☐ FREGUESIAS;
☐ PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO OU DE UTILIDADE PÚBLICA;
☐ EMPRESAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS;
☐ PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS;
☐ ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS;
☐ ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E COOPERATIVAS, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS;

- ☐ CONSULADOS, PARTIDOS POLÍTICOS E ASSOCIAÇÕES SINDICAIS;
- ☒ OUTRAS* CONCESSÃO DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO

FUNDAMENTAÇÃO:

Deliberações da Assembleia Municipal de 17 de Novembro de 2017 e 30 de Abril de 2018.

*Não deverá ser superior a doze (12) prestações;

*Outras entidades públicas ou privadas, atividades ou atos a que a lei atribua, de forma expressa, tal isenção.

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

- ☐ Fotocópia simples da procuração, se não indicou código de acesso à procuração on-line e se é procurador;

No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos:

- ☐ Declaração comprovativa da atribuição de proteção jurídica emitida pela segurança social;

No caso de pessoas singulares ou pessoas coletivas sem fins lucrativos que não entreguem a declaração da segurança social, e para os restantes casos:

- ☐ Fotocópia simples da última declaração de Irs, no caso de pessoa singular;
- ☐ Atestado da junta de freguesia da área de residência sobre a composição do agregado familiar;
- ☐ Fotocópia simples do último recibo de vencimento, no caso de não ter a última declaração de Irs;
- ☐ Atestado médico que declare a inexistência de quaisquer contra-indicações para a utilização da piscina municipal, se aplicável;
- ☐ Declaração comprovativa da situação de desemprego, se aplicável;
- ☐ Fotocópia simples dos estatutos da entidade, no caso de pessoa coletiva;
- ☐ Fotocópia simples da última declaração de Irc, no caso de pessoa coletiva.

DECLARAÇÃO:

- ☐ TOMO CONHECIMENTO DE QUE A DOCUMENTAÇÃO APLICÁVEL ELENCADE EM ANEXOS DEVERÁ SER APRESENTADA, NO MÁXIMO, ATÉ À FASE DE ATENDIMENTO SOCIAL EFETUADO PELO GABINETE DE AÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, NO CASO DE SE ENQUADRAR COMO PESSOA DE COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA.
- ☐ TOMO CONHECIMENTO QUE O PEDIDO TEM QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM O ART.º 102 DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (DECRETO-LEI Nº 4/2015 DE 7 DE JANEIRO).

PEDE DEFERIMENTO

AUTORIZO O ENVIO DE COMUNICAÇÕES, NO DECORRER DESTE PROCESSO, PARA O ENDEREÇO ELETRÓNICO ACIMA INDICADO* ☐ SIM ☒ NÃO

AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DOS MEUS CONTACTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS DO MUNICÍPIO ☒ SIM ☐ NÃO

*As notificações e comunicações aos interessados de todas as decisões ou informações que possam ser efetuadas por via postal simples, serão realizadas através de correio eletrónico, conforme previsto no artigo 112º do CPA. Sempre que não possa processar-se por via eletrónica, a notificação é efetuada por via postal simples. O requerente presume-se notificado em consonância com o previsto no artigo 113º do Código do Procedimento administrativo.

REQUERENTE / REPRESENTANTE

DATA 22/06/2018
22/06/2018

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto a pretensão e conteúdo.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

- ☒ ASSINATURA DO(S) REQUERENTE(S) FOI CONFIRMADA PELA EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.
- ☒ O PEDIDO ESTÁ INSTRUÍDO COM OS ELEMENTOS SUPRA INDICADOS PELO REQUERENTE.
- ☐ EXISTEM DEFICIÊNCIAS OU OMISSÕES NA INSTRUÇÃO DO PEDIDO, TENDO SIDO INFORMADO O REQUERENTE DO PROVÁVEL PEDIDO DE APERFEIÇOAMENTO. CONTUDO, POR SUA INSISTÊNCIA, FOI ACEITE.

OBSERVAÇÕES

Anexo cópia do recibo das taxas pagas

O TÉCNICO DE ATENDIMENTO

DATA 22/6/2018

**Câmara Municipal de Braga**

PESSOA COLETIVA N.º 506901173

Praça do Município

Braga

4700-435 - BRAGA

TEL.: 253 203 150 ; EMAIL: munic@cm-braga.pt

Fatura/Recibo*

6/002 Original

Número
009/18936Data de emissão
18/09/2017NIF do Cliente
510512372**BYSTEEL FS, S.A.**Rua de Pitancinhos, s/n - Palmeira
4700-727 - PALMEIRA BRGCM/
4+ / (65)

Data limite de pagamento: 18/09/2017

Valor a Pagar:**56.067,07**

Código	Descrição	Quantid.	Valor Unit.	Desconto	IVA	Valor
01.22.01	Emissão de alvará	1,0000	95,56		NS	95,56
01.22.01	áreas brutas totais de construção	9.245,4000	1,10		NS	10.169,94
01.22.02.01	Alpendres	821,0000	1,10		NS	903,10
01.22.05	Instalação de ascensores, escadas mecânicas e monta-cargas, por cada	2,0000	59,15		NS	118,30
01.47.01	Taxa Municipal de Urbanização	1,0000	44.436,73		NS	44.436,73
01.24.02	Prazo - 24 meses	24,0000	14,31		NS	343,44

Resumo do IVA**Total:****56.067,07**

Taxa	Base Trib.	Valor do IVA
NS - Não sujeito - Art.º 2º, N.º 2 CIVA	56.067,07	0,00
Totais	56.067,07	0,00

Total por extenso

Cinquenta e Seis Mil e Sessenta e Sete Euros e Sete Cêntimos

Observações

*Válido como recibo após boa cobrança
TALÃO DE CONTROLONº Documento: 009/18936
Data Emissão: 18/09/2017
Valor a Pagar: 56.067,07**BYSTEEL FS, S.A.**Rua de Pitancinhos, s/n - Palmeira
4700-727 - PALMEIRA BRG

ISENÇÃO DE TAXAS

Nº PROCESSO / PEDIDO : 95/URB/PROC/16

REQUERENTE

NOME/DESIGNAÇÃO BYSTEEL FS, S.A.

ENDEREÇO RUA DE PITANCINHOS, S/N - PALMEIRA

FREGUESIA

CÓDIGO POSTAL 4700-727

TELEFONE 253307200

E-MAIL

GERAL@DSTREALESTATE.PT

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

NIF 510512372

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL 5415-8333-1460

NA QUALIDADE DE

REPRESENTANTE

NOME AVELINO TEIXEIRA

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

NIF

CÓDIGO CERTIDÃO PROCURAÇÃO

NA QUALIDADE DE ADMINISTRADOR

3

NOTIFICAÇÕES (PARA EFEITOS DE NOTIFICAÇÃO)

AUTORIZO O ENVIO DE NOTIFICAÇÕES, NO DECORRER DESTES PROCESSOS, PARA O ENDEREÇO ELETRÓNICO ACIMA INDICADO NÃO

ANTECEDENTES

PROCESSO Nº 95/URB/PROC/16

RUA / LUGAR RUA DE PINTANCINHOS

FREGUESIA PALMEIRA

CÓDIGO POSTAL :

ALVARÁ Nº: 009/18936

INDICAÇÃO DA DESCRIÇÃO PREDIAL (CONSERVATÓRIA) E MATRICIAL (FINANÇAS) DO PRÉDIO: PEDIDO DE REDUÇÃO DE 87,5% DO PAGAMENTO DAS TAXAS / PEDIDO DE REEMBOLSO (REG. CON. INC. INV - 789/2016)- P.º 95/URB/PROC/16 - RUA DE PINTANCINHOS PALMEIRA

ASSUNTO

OBSERVAÇÕES

PEDE DEPERIMENTO

REQUERENTE/REPRESENTANTE

DATA 2018-06-22

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo